



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
E DO MAR



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

# Comissão Técnica PARCA

## Autorregulação na Cadeia de Abastecimento Alimentar



*9.ª reunião plenária  
09 outubro 2013*

## Comissão Técnica de 02/04

**Objetivo** - definir o modelo de instrumento de autorregulação a conceber e definição da sua estrutura e conteúdo

### Conclusões

1. Atual quadro legislativo - maior clareza
2. Maioria das Entidades considera CBP Europeu constitui uma boa base de trabalho

## Reunião Plenária de 10/04

### Conclusões

Realização no mês de maio de Reunião da CT  
“autorregulação”, com proposta que deve confirmar  
interesse das Organizações em subscrever princípios CdBP  
UE

## Comissão Técnica de 23/05

### Objetivo - discutir documentos apresentados por GPP:

1. Proposta de compromisso relativo à aplicação dos princípios de boas práticas nas relações verticais na cadeia de abastecimento alimentar
2. Modelo de Gestão Nacional

### Conclusões

1. CIP entregou documento inspirado do Framework europeu, que prevê um mecanismo de resolução de conflitos, na figura de um Provedor
2. Criada Comissão de Redação (coordenada por GPP com Centromarca e FIPA) - objetivo de promover a fusão das duas propostas numa única, a ser distribuída para apreciação e contributos dos restantes membros da PARCA

## Reunião Plenária 03/07

**Objetivo** - apresentado documento enviado pelo GPP, que integra contributos CIP sobre termos de compromisso. Opção de separar estes termos do modelo de gestão.

### Conclusões

1. Modelo de Gestão Nacional e de mediação de conflitos não tem necessariamente que avançar em paralelo ao CBP
2. Envio de comentários sobre documento enviado pelo GPP, até final do mês de julho
3. Realização de subcomissão técnica em setembro
4. Perspetiva de assinatura dos termos de compromisso após conclusão do processo legislativo

## Comissão Técnica de 03/10

**Objetivo - discutir comentários apresentados pelas entidades sobre o documento enviado pelo GPP**

### Conclusões

1. O Termo de compromisso em particular as práticas leais/ desleais reúnem um consenso alargado, não unânime
2. Algumas entidades consideram existir uma base para se avançar para o modelo de gestão nacional;
3. Outras entidades consideram que o documento dos Termos de Compromisso deve ser aprofundado e discutido em conjunto com o modelo de operacionalização



GOVERNO DE  
**PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
E DO MAR



GOVERNO DE  
**PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

**OBRIGADO**



*9.ª reunião plenária*  
*09 outubro 2013*